

---

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS -  
CTCOB  
ATA DA 36ª REUNIÃO**

Data: 21 e 22 de julho de 2005

Local: Sede da CEMIG em Belo Horizonte/MG

**PARTICIPANTES:**

- Ministério da Agricultura - MAPA: Eduardo A Cadavid (educa@ sede.embrapa.br)
- Ministério da Integração: Antonio Carlos Maia Figueiredo (kaka@igam.mg.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Pedro Carlo Pociotti (pedro@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – MMA: Rodrigo Speziali(rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia-MME- Alice Silva de Castilho- (alice@bh.cprm.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Eliseu Itiro Ayabe (eayabe@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES:Alberto Simon Schwartzman(alberto.simon@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PR/MT: Eneas Souza Machado(eneas@pr.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Indústria: Patrícia Helena Gambogi Boson: (tita@net.em.com.br)
- Usuário/Prestadoras de Serviço Abastecimento de Água e Esgotamento-Elizabeth Costa de Oliveira- (elizabetholiveira@cedae-rj.com.br)
- Usuário/Irrigantes- Jairo dos Santos Lousa- (jairolousa@yahoo.com.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas- Francisco Carlos Castro Lahóz- (francisco@agua.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa- Jaildo Santos Pereira (jaildo@yahoo.com)

**CONVIDADOS:**

- Sylvio T. Napoli Jr- sylvio@abit.org.br
- Célia M. Bandão Froés- celia@igam.mg.gov.br
- Paulo Teodoro de Carvalho- diretoriageral@igam.mg.gov.br
- Marcos Geraldo de Castro- marcosg@cemig.com.br
- Greice Basto- greice@cemig.com.br
- João Alberto B. de Vile- abrage@abrage.com.br
- Valéria Almeida Lopes de Faria - vfaria@cemig.com.br
- Uiratan M. Costa- uiratan@stf.gov.br
- José Cupertino Tenório Netto- abinam@abinam.com.br
- Douglas Falcão Wanderley- dfalcão@chesf.gov.br
- DinarteAntonio Souza Carmo- dinarte@agricultura.gov.br
- Ricardo Caneshi Augusto- ricardo@abrage.com.br
- José Cupertino Tenorio Netto- jc-tenorio@uol.com.br
- Bruno Augusto Batista- b.batista@cemig.com.br
- Alice Lorentz de Faria Godinho- alicelorentz@uol.com.br
- CarlosA. S. Teles- cteles@srh.ba.gov.br

**RELATORIA:**

- Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel: (61) 4009-1809 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Aos 21 dias de julho do ano de dois mil e cinco, com início às dez horas , a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 36.<sup>a</sup> reunião em Belo Horizonte, convocada há doze dias, sob a presidência do senhor Décio Michellis Júnior, tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho. Seguem os informes e as deliberações da Ordem do Dia. *Item 1 – Abertura Informes e aprovação da ata da 35ª reunião da CTCOB* - Inicialmente, após dar as boas vindas a todos e agradecer à Sra. Valéria, da CEMIG, pelo convite e apoio, o Sr. Décio disse que apesar de já ter sido aprovada a resolução de Critérios para a Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos, a CTCOB continua com força, demandas, e temas para analisar. Sobre o motivo da reunião em Belo Horizonte, foi explicado que uma das atribuições da CTCOB é de ir onde os fatos estão ocorrendo, como em Minas Gerais com a publicação do Decreto n.º 44.046, de 13/06/05 que regulamenta a Cobrança no Estado. O relator da CTCOB, Sr. Ednaldo, deu informes sobre a última reunião do CNRH ocorrida no dia 18/07, na qual foram aprovadas alterações no Regimento interno do CNRH, três propostas de resolução e três propostas de moção, detalhes já estão disponíveis no site do CNRH. O Sr. Pedro Pociotti, da ANA, aproveitou para informar e dar detalhes sobre uma das resoluções, aquela que tratava do parcelamento do débito na Bacia do rio Paraíba do Sul. Parabenizou o CNRH pela agilidade na tomada de decisão, e informou que até o final do ano serão arrecadados cerca de R\$7.000.000,00(sete milhões de reais) com a Cobrança na Bacia. O Sr. Rodrigo Speziali deu a todos informações sobre os avanços no processo de elaboração do PNRH. Como destaque, informou sobre o encontro de usuários e sua participação na elaboração do PNRH, ocorrido na CNI. A Sra. Patrícia Boson voltou a comentar sobre o simpósio da ABRH que vai ocorrer em novembro, na Paraíba. Entende a Conselheira que seria muito importante a participação do CNRH e suas Câmaras Técnicas em um dos painéis. Sugeriu ainda que as Cts deveriam programar as reuniões naquele mês, na mesma época do evento. A Conselheira afirmou que esta seria a melhor forma de se mostrar para a sociedade os avanços que o CNRH tem conseguido no processo de consolidação do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos. O Sr. Jaido informou que no período de 20/11 a 24/11 é que deverá acontecer o evento, relatou ainda que a programação já existe e que de fato deverá acontecer uma mesa redonda sobre o tema CNRH e Sistema Nacional na qual deverão estar debatendo o tema o Presidente da ANA, o Sr. Lobato , entre outros debatedores. Foi sugerido que um ofício da CTCOB a ser elaborado pela Sra. Patrícia seria enviado ao secretário executivo do CNRH, contendo a sugestão de participação. O Sr. Ednaldo comunicou sobre trechos existentes na ata que tratam do planejamento estratégico da Câmara, disse que a Sra. Raquel deve retornar à CTCOB na reunião de setembro para dar continuidade aos trabalhos, leu para todos os produtos obtidos na última reunião, relacionados à missão, objetivos e visão de futuro da CTCOB. Após informes iniciais, foi aprovada ata da 35ª reunião. *Item 2 da pauta- Comentários sobre Pls em tramitação no Congresso Nacional* – O presidente da CTCOB, inicialmente, informou os motivos que o levaram a fazer e disponibilizar a pesquisa que fez sobre todos os Pls em tramitação no Congresso, relacionados à regulamentação da Política de Recursos Hídricos, disse ainda que os mesmos já estão disponíveis no site do CNRH. Como destaque, enfatizou o PL 1616, no qual foram apensados outros Pls que deveriam ser analisados, discutidos e encaminhados por uma Comissão Especial das Águas, criada no Congresso especificamente para a finalidade de regulamentar as questões inerentes a Recursos Hídricos. Observou que muitos dos Pls “carimbam” os recursos da Cobrança para a bacia arrecadadora . Demonstrou preocupação e fez correlação com as recentes discussões lideradas pelo deputado Delfim Neto, com respeito ao “déficit zero”, percebeu ainda, analisando os Pls, que há muita diferença entre os substitutivos com o que se pensa ou recomenda a Lei 9.433. Sobre o PL 1181, alertou que no Brasil existem cerca de 300.000 barragens, sendo as grandes no máximo 3.000, disse que um percentual de pequenas barragens “estoura ou rodam” todo o ano.

Ponderou que hoje no Brasil, a responsabilidade pela segurança das barragens está dividida, a idéia é de concentrar a responsabilidade. A maior dificuldade, no modelo em estudo, está hoje relacionada à sustentabilidade do sistema de segurança proposto. O Sr. Eliseu perguntou: - “Como está hoje a responsabilidade pela fiscalização das barragens”? O Sr. Décio respondeu que na visão dele, a responsabilidade é do SINGERH. A Sra Patrícia discordou, dizendo que na sua opinião, a responsabilidade recai sobre o CREA que emite as ARTs. O Conselheiro Jairo concorda que é um problema de fato, citou que, no seu Estado de Goiás, as pequenas barragens de cabeceiras são as mais vulneráveis, disse ainda que no seu Estado existem critérios para a autorização de construção das barragens. O Sr. Francisco Lahóz relatou como ocorrem as liberações e fiscalizações para a construção de barragens no Estado de São Paulo, tudo sobre a responsabilidade rigorosa do DAEE. *Item 4 Relato sobre o desenvolvimento das trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial- GTIN-* O Sr. Rodrigo Speziale, representando o GTIN, iniciou seu relato lembrando que o GT é decorrente do processo de discussão e encaminhamento da Moção n.º 20, encaminhada pela CTCOB. Foi criado pela Portaria Interministerial n.º 206, de 11/08/2004. Comentou que mesmo com a publicação da Lei 10.881, estão buscando alternativas mais consistentes para garantir o retorno dos recursos à bacia arrecadadora. Disse que, de certa forma, a Lei 10.881, assegura o retorno dos recursos decorrentes da cobrança condominial à bacia arrecadadora, desde que lá exista a Agência de Bacia que possa assinar o Contrato de Gestão com a ANA. Em seguida, relatou o que ocorreu nas três reuniões realizadas pelo GT. Entre outros aspectos elencados, disse que o GT está consciente de que os recursos da Cobrança não podem ser passíveis de instabilidade, por ser aqueles recursos uma receita pública. Para dar a total blindagem aos mesmos, fica-se diante de uma questão constitucional. Comentou que o GT está tratando primeiro dos recursos oriundos da cobrança condominial. Informou que o MMA está se posicionando, como a sociedade e a CTCOB, para tentar criar blindagem também para os recursos oriundos do pagamento pelo uso dos Recursos Hídricos pelo setor Elétrico. Comentou, rapidamente, sobre o contingenciamento e limites orçamentários, correlacionou o contrato de Gestão como o único instrumento jurídico que garante o não contingenciamento dos recursos da Cobrança. Iniciando os debates, o Sr. Eneas quis saber um pouco mais sobre a evolução do chamado processo de blindagem mencionado. O Sr. Rodrigo informou que o MMA está envidando esforços para se ter mais segurança, além do que está possível, após publicação da Lei 10.881. Explicou, rapidamente, sobre a LDO e seus anexos. Disse que, em um dos anexos, estão localizadas as “Despesas Obrigatórias” como aquelas decorrentes dos Contratos de Gestão assinados com as entidades delegatárias. Explicou ainda, devido a dúvidas levantadas, como são estabelecidos os limites para que nos anexos da LDO, eles se tornem “Despesas Obrigatórias”. A Sra. Patrícia Boson disse que estava se sentindo indignada com o que estava ouvindo. Mencionou que a Lei 10.881 resolveu apenas o problema da cobrança condominial, continuava o problema decorrente da cobrança ou pagamento pelo uso da água do Setor Elétrico. Este problema não está resolvido, afirmou. Continuo dizendo que o GT não está cumprindo seu papel, perguntou sobre o que o GT havia preparado ou produzido para tirar os recursos da cobrança na íntegra do anexo II da LDO, passível de contingenciamento. Percebeu, ao ouvir o relato, que não havia nada de novo no que foi dito. Entende que não há hoje segurança para o usuário pagador de que os recursos retornariam à bacia. Espera que o GT possa comunicar formalmente que não há saída para assegurar o retorno dos recursos para as demais fontes de receita. Lembrou que havia feito uma sugestão para que o GT pudesse contar com a ajuda de convidados mesmo que não fossem do Governo, para que a discussão não ficasse meramente burocrática, lamentavelmente não foi possível e que, infelizmente, o que se ouviu não era aquilo que todos esperavam. Respondendo, o Sr. Rodrigo voltou a explicar as origens dos recursos arrecadados de um bem público e conseqüentemente uma receita pública. Qualquer modificação nos fluxos destes recursos implicam em questões constitucionais. Relatou que consultas foram feitas à SOF e que lá não se vislumbrou nenhuma solução para o problema atual, no caso os recursos da fonte 134, decorrentes dos 0,75% dos pagamentos do Setor Elétrico. O Presidente da CTCOB rememorou a moção n.º 20 do CNRH, e descreveu todas as finalidades do

GT, como a seguir: “ Propor ações que visem solucionar questões operacionais decorrentes da cobrança pelo uso da água, apontando novos mecanismos de arrecadação e de aplicação dos recursos oriundos da referida cobrança” . Em seguida, fez menção a uma série de pareceres da CONJUR do MMA, o de n.º 264, da ANA e um anterior, da SOF, que classifica os pagamentos compulsórios do Setor Elétrico como Cobrança de fato. O Sr. Rodrigo afirmou que o GT não fez e não fará intervenção ou sugestão para a LDO. A Sra. Patrícia voltou a insistir que não concordava com o que estava ouvindo e que deve haver sim um caminho, uma solução. Sugere ao GT que entre com mais disposição e vontade na busca da solução do problema global. Foi sugerido pelo Presidente da CTCOB que a Câmara deveria recomendar ao Secretário Executivo do CNRH que solicitasse do GT um relatório parcial sobre os andamentos dos trabalhos. O Sr. Rodrigo sugeriu que, caso fosse feito de fato a solicitação formal ao Secretário, se registrasse que o relato verbal feito por ele não foi suficiente, por isso solicitava-se o relatório por escrito. O Sr. Rodrigo foi indagado pelo relator a respeito da sua satisfação decorrente dos trabalhos do GT. Foi dito pelo membro do GT que ele também não estava satisfeito com os resultados até agora obtidos, principalmente com respeito aos recursos da fonte 134, porque entendia que as questões da cobrança condominial estavam resolvidas. Concluiu, afirmando que os recursos da cobrança contidos na fonte 134 não terão solução com o GTIN, haverá necessidade de intervenções em outras instâncias. O Conselheiro Francisco Lahós comunicou que, em nome do Secretário Executivo do Comitê PCJ, estava fazendo um convite para que a CTCOB fizesse sua reunião de setembro em Piracicaba e, naquela oportunidade, seria apresentada à Câmara a proposta de Cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia. Disse que, atualmente, estão simulando e estabelecendo valores e mecanismos de cobrança para serem levados à plenária do Comitê e também à CTCOB. Comentou sobre uma seqüência de reuniões executadas pelo Consórcio PCJ, envolvendo 20 sindicatos e outras representações de usuários para tratar da implementação da Cobrança nas bacias, percebeu durante as reuniões que há receptividade para o estabelecimento da Cobrança, talvez devido ao fato que a cobrança já existe nas bacias há cinco anos, implantada pelo Consórcio PCJ. Outro aspecto positivo à implementação da Cobrança nas bacias está relacionado às informações veiculadas por técnicos e mídia decorrentes da publicação da Lei 10.881 que daria aos usuários pagadores a certeza do não contingenciamento e conseqüente retorno dos recursos arrecadados às bacias. Disse que é pensamento do Comitê deliberar, prevendo caso ocorra o contingenciamento, o valor zero para a água ou a não cobrança. Ponderou o Sr. Francisco Lahós , diante do que ouviu, que o parecer da CONJUR, desconhecido por ele, impediria o recuo após implementação da Cobrança e que diante daquela conjuntura, achava que o Comitê do PCJ não estaria seguro para aprovar a cobrança e que ainda iria sugerir ao Comitê retornar do zero às discussões em andamento . O Sr. Décio esclareceu que o que foi dito , tanto pelo Sr. Rodrigo e demais membros da Câmara, é que de fato a cobrança condominial está blindada, com a Lei 10.881, não havendo portanto, motivo de preocupação ou pessimismo demonstrado pelo conselheiro Francisco Lahós. Complementou, dizendo que na CTCOB sempre é discutido o sistema como um todo, inclusive sobre os recursos decorrentes do Setor Elétrico alocados na fonte 134. O Sr. Francisco Lahós voltou a afirmar que os segmentos usuários, consultados na bacia, foram favoráveis à cobrança, desde que houvesse a salvaguarda, caso ocorresse o contingenciamento, o valor a ser cobrado retornaria a zero. A Sra. Patrícia Boson sustentou que o pessimismo, muitas vezes manifesto, não reflete a real vontade de todos em termos de implantação do instrumento da cobrança. Como exemplo, citou que o setor representado por ela é favorável ao instrumento cobrança, desde que ele se mantenha como previsto na Lei 9.433. Sugere que devem ser analisados pelo Comitê PCJ “todos os labirintos burocráticos” que estão hoje existindo na AGEVAP, decorrentes do atual modelo de contrato de gestão, para auxiliar futuras tomadas de decisão. O Conselheiro Jairo Lousa complementou, mandando uma mensagem ao Comitê PCJ para que ficassem atentos e precavidos. Recomendou que se façam estudos até que hajam respostas para todas as dúvidas e só após, deveriam propor o início da cobrança nas bacias. Pensa o conselheiro que, de fato, o PCJ será o próximo comitê a implementar a Cobrança, justamente devido à cultura já existente na bacia por causa das ações

207 bem sucedidas, lideradas pelo Consórcio PCJ. *Item 3 – Discussões em torno do Decreto n.º*  
208 *44.046 , de 13/06/05 que regulamenta a Cobrança no Estado de Minas Gerais.* O Sr. Alberto  
209 Simon, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, foi encarregado de apresentar a  
210 matéria, conforme palestra anexa. Usou como metodologia de apresentação do tema, destacando  
211 os diversos artigos do decreto que remetiam à Lei 13.199 de 1999 e ao Decreto n.º 41.578 de  
212 2001, ambos diplomas legais que regulamentam a Política de Recursos Hídricos no Estado de  
213 Minas Gerais. Especificamente sobre o Decreto n.º 44.046, de junho de 2005, cada um dos  
214 artigos foi explicado e entendido por todos. Após apresentação, os debates foram iniciados após  
215 esclarecimentos complementares por parte do Diretor-Geral do IGAM, Sr. Paulo Teodoro que  
216 lembrou da importância da pactuação entre Estados Federados no processo descentralizado e  
217 participativo na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Ponderou sobre a  
218 vulnerabilidade dos decretos que podem ser mudados rapidamente por outros, diferentemente  
219 das Leis que implicam em maior negociação política. O Sr. Carlos Telles perguntou se o Estado  
220 e os Comitês já estão aptos para iniciar o processo de implementação da cobrança. Disse o  
221 Diretor-Geral do IGAM que no Estado existem 23 comitês estruturados e outros 5 em  
222 estruturação. Mencionou que os estágios de amadurecimento dos comitês já criados são variados,  
223 mas que pelo menos 5 poderão implementar a cobrança a qualquer momento, um destes  
224 inclusive já está com sua agência criada e contrato de gestão em análise. Como pré-condição à  
225 cobrança, o Plano de Recurso Hídricos da Bacia e o cadastro dos usuários são fundamentais.  
226 Como previsão otimista, disse que antes de um ano a cobrança não se iniciaria no Estado.  
227 Mencionou que tem informações sobre várias situações de crises “existenciais” em vários  
228 comitês de diversos Estados. Entende que a sociedade está mais preocupada com questões  
229 ambientais amplas e globais. O Sr. Francisco Lahós perguntou sobre a receptividade do decreto  
230 por parte dos comitês. O Sr. Paulo Teodoro admitiu que não foi fácil o processo de discussão e  
231 negociação, as maiores críticas foram feitas pela escolha do BDMG, como o agente onde os  
232 depósitos serão feitos. Entende ele que o BDMG é um banco de desenvolvimento, por isso ele é  
233 o ideal para receber os recursos arrecadados. Naquele momento, o Diretor do IGAM agradeceu a  
234 presença de todos, demonstrando satisfação com a presença da CTCOB em Minas Gerais,  
235 sobretudo no momento de início da implementação da cobrança no Estado. Disse não saber se o  
236 decreto estava bom mas se ele fosse útil para algum Estado da Federação, ele ficaria feliz. O Sr.  
237 Pedro Pociotti congratulou-se com os Representantes do Estado de Minas por terem passado o  
238 Decreto pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e por terem feito a adequação às  
239 realidades locais da Resolução n.º 48 do CNRH que trata dos Critérios Gerais para a Cobrança  
240 no Brasil, quando da elaboração do Decreto n.º 44.046 . O Sr. Rodrigo Speziali também  
241 parabenizou o Estado e o IGAM pelos avanços obtidos com a publicação do Decreto, comentou  
242 que imaginou as dificuldades institucionais e políticas que tiveram para se chegar no atual  
243 estágio de implementação da política de Recursos Hídricos no Estado. O Sr. Décio agradeceu a  
244 presença do Sr. Paulo Teodoro na reunião que teve como motivação a análise do Decreto  
245 publicado. Disse também que à CTCOB cabe procurar conhecer para divulgar e proporcionar  
246 sinergia entre Estados e o CNRH e ainda criar novos mecanismos de articulação e integração que  
247 podem vir a ser adotados por outras Câmaras. O Diretor-Geral do IGAM ponderou que o  
248 trabalho da CTCOB não se esgotará com a implantação da Cobrança nas Bacias Hidrográficas,  
249 porque o grupo é importante para acompanhar e divulgar o instrumento. Entende que é  
250 necessário que a CTCOB continue estudando e aprofundando sobre o tema para contribuir com o  
251 aperfeiçoamento das Leis decretos e normas. Ao final, agradeceu mais uma vez a presença de  
252 todos e parabenizou o grupo. *Item 5 – Reunião do GTAAC-* A reunião foi realizada basicamente  
253 para que os membros do GT e da própria CTCOB fossem informados sobre os procedimentos  
254 adotados para informar aos Comitês e CERH sobre o tratamento que foi dado para os projetos  
255 encaminhados por estes à ANA , conforme solicitação anterior. Foi comunicado pelo presidente  
256 da CTCOB sobre o ofício a ser assinado pelo Secretário Executivo do CNRH. Foi dito que no  
257 conteúdo do ofício foi recomendado leitura atenta do Relatório n.º 9 do GTAAC. O presidente da  
258 CTCOB ainda informou sobre um site denominado “Portal da Transparência “ no qual é possível



acompanhar todo o processo de repasse dos recursos públicos aos diversos órgãos. O Sr. Décio comentou sobre os entendimentos que estavam sendo mantidos com a SRH do Ceará para a realização de uma reunião em Agosto/05, atendendo a um convite do Conselheiro Edinardo Rodrigues, Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará. Antecipou que a SRH/CE está preparando texto de referência especialmente para o evento que será encaminhado para todos com a devida antecedência. A Sra. Alice, Coordenadora de Comissão para a Criação do Comitê do Rio Mucuri, disse que há necessidade de melhor divulgação sobre os objetivos da cobrança e sobre a destinação de recursos para a Bacia arrecadadora. Complementou, dizendo que a sustentabilidade dos Comitês será muito comprometida em Bacias com poucos usuários. Sobre o tema, a Conselheira Patrícia Boson relatou experiência vivida por ela no Comitê da Bacia do Rio Doce, durante elaboração de planejamento estratégico. Naquela oportunidade, foi possível desencadear discussão sobre as reais responsabilidades de um comitê, exercendo funções não executivas e sim, responsável pela formulação de Políticas de Gestão de Recursos Hídricos. Sobre sustentabilidade de comitês, complementou o Sr. Rodrigo Speziali, que a cobrança não poderá ser a única responsável pela sustentabilidade dos comitês. Item 6- Análise de proposta de resolução que regulamenta o Parágrafo 4.º do Art 21 da Lei 9.984.- O Presidente da CTCOB rememorou todo o histórico a respeito da Resolução, inclusive que uma primeira versão foi apresentada em reunião do CNR, realizada em Dezembro de 2004. Naquela oportunidade, após pedido de vistas, a resolução foi encaminhada a CTIL e após, à CTCOB para análise e proposição. Outras minutas foram elaboradas, inclusive pela Sra. Anna Flávia, da ANA. Como decidido na última reunião, a Sra. Patrícia Boson se comprometeu a fazer mais uma versão e esta será naquele momento, analisada. Entende a Conselheira que esta resolução só deve tratar daqueles recursos oriundos do Setor Elétrico, já que os da Cobrança Condominial terão suas prioridades estabelecidas pelo próprio Comitê onde os recursos foram arrecadados. O Sr. Rodrigo Speziali recomendou consulta à Procuradoria da ANA a fim de verificar os limites de abrangência da Resolução. Tanto o representante da ANA como o do Paraná não se sentiram à vontade para avançar na análise da proposta de resolução e solicitaram mais tempo para análise nas suas Instituições. *Item 7 – Relato sobre o andamento dos trabalhos dos Gts.* Como a AGEVA não compareceu à reunião, a apresentação ficou prejudicada. Sobre o GT indicadores, o Sr. Rodrigo Speziali se declinou da responsabilidade de coordená-lo, pelos motivos anteriormente expostos. Sobre o GT – Convergência, disse o Coordenador do GT que o mesmo, após oficina realizada no Rio de Janeiro, encerrou suas atividades. Agradeceu e parabenizou as relatoras Patrícia Boson e Maria Luisa Werneck pelo trabalho apresentado. Finalmente, agradeceu a todos que colaboraram. Item 8 – Assuntos gerais e encerramento - O Sr. Rodrigo Speziali informou a todos que está sendo proposta a elaboração de um livro, contendo aspectos básicos e fundamentais sobre a cobrança e os produtos da CTCOB. A Sra. Patrícia apresentou o escopo da obra e disse que todos poderiam e deveriam colaborar. O livro seria patrocinado pela CNI e conteria os relatórios de todas as oficinas promovidas pela CTCOB. O Sr. Jaildo alertou sobre prazos para a sua impressão, pensando no evento da ABRH em novembro, achava que o tempo é curto. Não havendo nenhum assunto mais a tratar, foi encerrada a reunião às 12:50h. Mais uma vez, o presidente da CTCOB agradeceu o convite formulado pelo IGAM e o apoio da CEMIG que permitiram o êxito da reunião em Minas Gerais.

Ata aprovada na 37.ª reunião da CTCOB, dia 17/08/05.

Décio Michellis Júnior  
Presidente da CTCOB

Ednaldo Mesquita Carvalho  
Relator da CTCOB